

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **05**.

Se a vida é um vale de lágrimas, por que não processar os pais por nos terem trazido ao mundo?

Se o leitor nunca pensou nessa hipótese, isso pode significar duas coisas. Primeiro, que é uma pessoa sã. Segundo, que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel, 27, que tentou processar os progenitores, segundo o jornal "The Guardian".

Sim, Samuel confessa que tem uma excelente relação com eles. Mas há, digamos, um "pecado original" que o rapaz não pode perdoar: ele nasceu sem dar o seu consentimento. Uma indenização, ainda que simbólica, seria uma forma de fazer doutrina: quando queremos ter filhos, é importante ter o consentimento deles.

Por essa altura, o leitor inteligente que lê as minhas colunas já deve ter feito uma pergunta fundamental: como obter esse consentimento? E, já agora, em que fase?

A ciência terá aqui uma palavra importante. Mas, conhecendo o narcisismo da espécie e a tendência irresistível de marchar pelas causas mais improváveis, não é de excluir que adolescentes de todas as idades, frustrados com a vida e com a necessidade de escovar os dentes, encontrem em Raphael Samuel um modelo (de negócio).

Antigamente, os pais poupavam para a universidade dos filhos. Hoje, convém poupar primeiro para a indenização que eles nos vão pedir.

No limite, ver o filho a pedir uma indenização aos pais por ter nascido faz tanto sentido como pedir uma indenização ao filho por ele não querer estar cá. Quem disse que só o filho pode ter razões de queixa?

O problema dos cálculos meramente utilitaristas é que eles são dotados de uma espantosa flexibilidade. E da mesma forma que os filhos avaliam os seus danos por terem nascido, os pais podem atuar da mesma forma.

Investiram tudo no delfim – patrimônio genético, tempo, dinheiro, sanidade e expectativas legítimas de que ele seria um adulto.

Mas o ingrato, no fim das contas, ainda quer fazer contas. Se isso não é motivo para uma indenização pesada, só um anjo nos pode salvar.

(João Pereira Coutinho, *Alô, filho, você quer mesmo sair?*
Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>.
Acesso em: 15.11.2019. Adaptado)

- 01.** É correto concluir que, a partir de um fato divulgado na mídia, o autor traça
- (A) uma crítica ao fato, visto com intolerância.
 - (B) uma avaliação do fato, visto com desconfiança.
 - (C) um questionamento do fato, considerado irresponsável.
 - (D) uma caricatura da situação, tratada com humor.
 - (E) um exame da situação, em tom de censura.
- 02.** O trecho que aponta um argumento a favor de processos para o filho indenizar os pais é:
- (A) Mas o ingrato, no fim das contas, ainda quer fazer contas. Se isso não é motivo para uma indenização pesada, só um anjo nos pode salvar.
 - (B) Uma indenização, ainda que simbólica, seria uma forma de fazer doutrina: quando queremos ter filhos, é importante ter o consentimento deles.
 - (C) Mas há, digamos, um "pecado original" que o rapaz não pode perdoar: ele nasceu sem dar o seu consentimento.
 - (D) Hoje, convém poupar primeiro para a indenização que eles nos vão pedir.
 - (E) O problema dos cálculos meramente utilitaristas é que eles são dotados de uma espantosa flexibilidade.
- 03.** Assinale a alternativa que reescreve o segundo parágrafo de acordo com a norma-padrão de pontuação.
- (A) Se o leitor nunca pensou nessa hipótese, isso pode significar duas coisas: primeiro, que é uma pessoa sã; segundo, que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel (27), que, segundo o jornal "The Guardian", tentou processar os progenitores.
 - (B) Se o leitor nunca pensou nessa hipótese, isso pode significar duas coisas: primeiro que é uma pessoa sã, segundo, que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel – 27 que segundo o jornal "The Guardian", tentou processar os progenitores.
 - (C) Se o leitor nunca pensou nessa hipótese, isso pode significar duas coisas – que é uma pessoa sã, primeiro. Segundo, que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel, (27) que, tentou processar os progenitores (segundo o jornal "The Guardian").
 - (D) Isso pode significar, se o leitor nunca pensou nessa hipótese duas coisas - que é uma pessoa sã, primeiro, que segundo, nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel, 27 (que tentou processar os progenitores) segundo o jornal "The Guardian".
 - (E) Isso, se o leitor nunca pensou nessa hipótese pode significar duas coisas. Primeiro: que é uma pessoa sã, segundo: que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel – 27 –, que tentou processar os progenitores, segundo o jornal "The Guardian".

04. Assinale a alternativa que reescreve a passagem – Hoje, convém poupar primeiro para a indenização que eles nos vão pedir. – de acordo com a norma-padrão de emprego dos verbos e colocação pronominal.

- (A) Futuramente, até convinha-nos poupar primeiro para a indenização que eles irão nos pedir.
- (B) Antigamente, sempre nos conviera poupar primeiro para a indenização que eles nos irão pedir.
- (C) Antigamente, talvez nos conviesse poupar primeiro para a indenização que eles iam nos pedir.
- (D) Antigamente, por certo conveio-nos poupar primeiro para a indenização que eles irão nos pedir.
- (E) Futuramente, é possível que convirá-nos poupar primeiro para a indenização que eles iam pedir-nos.

05. Assinale a alternativa que reescreve o trecho destacado na passagem – **Se o leitor nunca pensou** nessa hipótese, isso pode significar duas coisas. – com correção e preservando o sentido original.

- (A) À medida que o leitor nunca pensasse
- (B) Contudo o leitor nunca tenha pensado
- (C) Pois o leitor nunca pensou
- (D) Apesar de que o leitor nunca pense
- (E) Caso o leitor nunca tenha pensado

Leia o texto, para responder às questões de números 06 a 10.

Os fatos foram opostos – inundações e fogarú –, e a reação a eles também. Em uma mesma semana, a cidade italiana de Veneza e a costa leste da Austrália **materializaram** o embate que contrapõe “ambientalistas” a “negacionistas” quando o assunto são as mudanças climáticas que afetam o planeta. Na quarta-feira 13, o prefeito de Veneza, Luigi Brugnaro, declarou estado de emergência na extraordinariamente bela capital da região do Vêneto, no norte da Itália, **notabilizada** por seus canais. Motivo: a maior cheia já registrada nos últimos cinquenta anos. O nível da água se elevou tanto que agravou a degradação de construções históricas – e, pior, fez duas vítimas logo nos primeiros dias, mortas em suas casas. As águas subiram quase 2 metros, e ondas de mais de 1 metro e meio atingiram cerca de 85% da cidade. Um horror.

“Pedimos ao governo que nos ajude. O custo será alto. Esse é o resultado da mudança climática”, escreveu o prefeito nas redes sociais. Um relatório de 2017 de uma Agência Nacional italiana advertiu que a cidade dos canais ficará submersa até o final deste século se o aquecimento global não for contido por medidas como as previstas no Acordo de Paris de 2015.

Mas, se em Veneza o Poder Executivo reconheceu publicamente que as inundações decorriam do peso da interferência humana no clima da Terra, a 16 000 quilômetros de lá, outra catástrofe para o meio ambiente foi definida como “natural” – apesar de seu inédito impacto. O fogo começou a destruir a mata costeira em regiões muito próximas a Sidney. As labaredas devastaram cerca de 1 000 quilômetros de área florestal, provocando a morte de pessoas e de animais únicos da fauna do país. Encarando tudo como fenômeno da natureza, o vice-premiê australiano chamou de “lunáticos” os que acreditam no aquecimento global.

(Sabrina Brito, Entre a água e o fogo. *Veja*, 20.11.2019. Adaptado)

06. A oposição entre “ambientalistas” e “negacionistas” refere-se, no texto,

- (A) aos efeitos contrastantes das duas catástrofes que acometeram Veneza e regiões da Austrália.
- (B) aos pontos de vista adotados pelas autoridades diante das catástrofes que atingem áreas de seus respectivos países.
- (C) à natureza incontrolável da inundações em Veneza, em oposição à possibilidade de controle do incêndio nas proximidades de Sidney.
- (D) às diferentes dimensões dos fenômenos naturais que vitimaram pessoas e animais nos eventos citados.
- (E) às consequências das mudanças climáticas, reconhecidamente responsáveis pelas duas tragédias.

07. É correto afirmar que, em relação ao assunto de que trata, a autora do texto

- (A) mostra distanciamento, vendo os fenômenos como decorrentes de mudanças climáticas.
- (B) toma partido acerca das reações dos governantes citados, vendo, em ambos, reações coerentes.
- (C) sugere que nada do que venha a ser feito poderá evitar a repetição dessas catástrofes.
- (D) expressa atitude de reação, classificando os efeitos da inundações como “Um horror.”
- (E) deixa explícito que sua avaliação dos eventos não mudará a atitude dos representantes dos países envolvidos.

08. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- (A) 1 metro e meio foram o tamanho das ondas.
- (B) 85% da cidade de Veneza foram invadidos pela água.
- (C) Já se registrou cheias em Veneza, ainda maior do que a atual.
- (D) Segundo o prefeito de Veneza, será necessário os recursos do governo italiano.
- (E) Perto de 1 000 quilômetros de área florestal foi destruído pelo fogo.

09. As expressões – **materializaram** e **notabilizada** –, destacadas no primeiro parágrafo, têm como sinônimos adequados ao contexto, respectivamente,

- (A) reuniram e afamada.
- (B) assumiram e illustre.
- (C) esclareceram e consagrada.
- (D) corporificaram e célebre.
- (E) delimitaram e cercada.

10. Assinale a alternativa redigida segundo a norma-padrão de emprego de pronomes e do sinal indicativo de crase.

- (A) O prefeito de Veneza, cujas ruas e praças estão alagadas, fez um apelo às autoridades do país.
- (B) O fogo que atingiu à Austrália é atribuído à fenômenos naturais.
- (C) À partir de quando o homem aprenderá a respeitar espécies que a sobrevivência está ameaçada?
- (D) Sem preservar a natureza, à qual é garantia de sua sobrevivência, o homem passará à viver dias terríveis.
- (E) Não é possível estimar à tragédia causada pelo fogo cujo consumiu milhares de árvores na Austrália.

11. Com R\$ 120,00 é possível comprar 6 pastas, a R\$ 4,00 a unidade, e 8 cadernos iguais, não restando troco algum. O maior número de pastas que podem ser compradas com o mesmo valor pago na compra de um caderno é

- (A) 3.
- (B) 5.
- (C) 8.
- (D) 10.
- (E) 12.

12. Em uma empresa trabalham 80 funcionários, dos quais $\frac{1}{5}$ trabalha no setor administrativo. Entre os funcionários

restantes, $\frac{7}{8}$ trabalham no setor operacional e os demais

na manutenção. Em relação ao número total de funcionários que trabalha nessa empresa, aqueles que trabalham na manutenção correspondem a

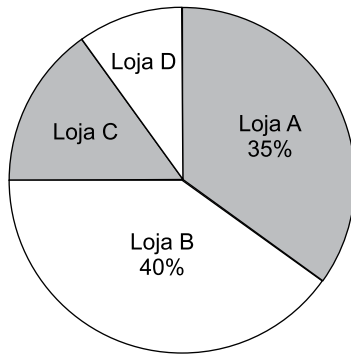
- (A) $\frac{2}{5}$
- (B) $\frac{3}{10}$
- (C) $\frac{1}{4}$
- (D) $\frac{1}{10}$
- (E) $\frac{1}{20}$

13. Uma pessoa guardou em um vidro, somente moedas de R\$ 1,00 e de R\$ 0,50. Certo dia, ao contabilizar essas moedas, constatou que havia, no total, 84 moedas, e que a razão do número de moedas de R\$ 1,00 para o número de moedas de R\$ 0,50 era $\frac{5}{7}$. As moedas de R\$ 0,50,

juntas, totalizavam o valor de

- (A) R\$ 35,00.
- (B) R\$ 32,50.
- (C) R\$ 30,50.
- (D) R\$ 27,00.
- (E) R\$ 24,50.

14. Em um depósito, há determinado número de unidades de um produto, que será distribuído entre as lojas A, B, C e D. O gráfico mostra algumas informações da porcentagem, sobre o número total de unidades desse produto, destinadas a cada loja.



Sabendo que as lojas C e D, juntas, receberam 120 unidades do produto, então, o número de unidades recebidas pela loja A foi

- (A) 192.
(B) 168.
(C) 144.
(D) 72.
(E) 48.
15. Um rolo de fita adesiva tem 50 m de comprimento. Desse total, foram cortados 5 pedaços, cada um deles com 75 cm de comprimento, e 9 pedaços com 1,25 m cada um. O comprimento da fita, restante no rolo, é de
- (A) 30 m.
(B) 32 m.
(C) 35 m.
(D) 38 m.
(E) 40 m.
16. Determinado número de pastas precisa ser colocado em caixas, de modo que cada caixa fique com o mesmo número de pastas. O funcionário responsável pelo serviço percebeu que era possível colocar 20 pastas em cada uma das caixas disponíveis, e que, dessa forma, não ficaria pasta alguma de fora. Porém, como 3 das caixas disponíveis foram utilizadas para outro serviço, então, foram colocadas 25 pastas, em cada uma das caixas restantes, e, dessa forma, também, nenhuma pasta ficou fora das caixas. O número total de pastas era
- (A) 300.
(B) 280.
(C) 250.
(D) 230.
(E) 200.

17. Em um restaurante, há 40 mesas, algumas com 4 cadeiras e outras com 6 cadeiras, sendo que o número de mesas com 4 cadeiras supera o número de mesas com 6 cadeiras em 10 mesas. O número total de cadeiras de todas essas mesas juntas é
- (A) 160.
 (B) 170.
 (C) 180.
 (D) 190.
 (E) 200.

18. A tabela apresenta algumas informações sobre o número de unidades vendidas de um produto em 5 dias de uma semana.

Dia da semana	Nº de unidades vendidas
2ª feira	X
3ª feira	13
4ª feira	15
5ª feira	25
6ª feira	28

Sabendo que o número de unidades vendidas na 2ª feira foi igual à metade da média diária do número de unidades vendidas nesses 5 dias, então, a média diária do número de unidades vendidas nesses 5 dias foi

- (A) 21.
 (B) 18.
 (C) 15.
 (D) 12.
 (E) 9.
19. Uma sala retangular ABCD, com 8 m de largura, teve parte de sua área reservada para estocar materiais, conforme mostra a figura.

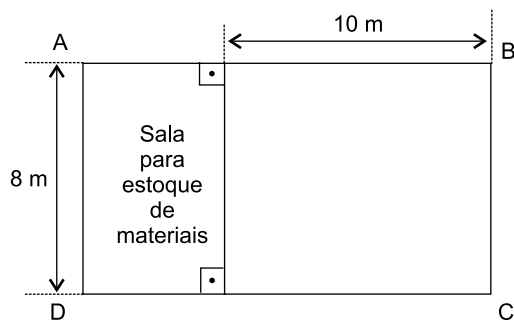


Figura fora de escala

Sabendo que o perímetro da sala reservada é igual à metade do perímetro da sala ABCD, então, a área da sala reservada é igual a

- (A) 12 m².
 (B) 14 m².
 (C) 16 m².
 (D) 18 m².
 (E) 20 m².

20. Vários blocos de papel, todos iguais entre si, e cada um deles no formato de um prisma reto de base retangular, com 30 cm de comprimento, 20 cm de largura e 5 cm de altura, foram empilhados, conforme mostra a figura.

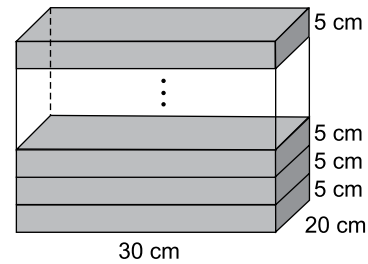


Figura fora de escala

Se o volume total dessa pilha é 45 000 cm³, o número de blocos dela é

- (A) 11.
 (B) 12.
 (C) 13.
 (D) 14.
 (E) 15.

R A S C U N H O

LEGISLAÇÃO

21. Determinado servidor público do Município de Valinhos requereu à Administração a concessão de licença para tratamento de saúde, pelo prazo de 60 dias, com base em atestado fornecido por um médico particular não credenciado pelo Município. Nessa hipótese, a Lei Municipal nº 2.018/1986 (Estatuto dos Servidores) estabelece que
- (A) poderá ser concedida, pois a licença até 60 dias independe de atestado médico, bastando a declaração oficial do próprio servidor.
 - (B) a concessão da licença dependerá de exame do funcionário por junta médica indicada pela autoridade municipal competente.
 - (C) não poderá ser concedida a licença, pois o exame para a sua concessão deve ser feito por médico do Município oficial ou credenciado.
 - (D) a licença somente poderá ser concedida pelo prazo de 30 dias, devendo o servidor, após esse prazo, submeter-se à junta médica oficial.
 - (E) a licença poderá ser concedida, mas o atestado só produzirá efeitos depois de homologado pelo serviço de saúde do Município.
22. No caso de penalidade a qualquer funcionário que se encontre afastado junto a outros órgãos ou entidades, as sanções disciplinares previstas na Lei Municipal nº 2.018/1986
- (A) não podem ser aplicadas.
 - (B) serão aplicadas pelo Prefeito Municipal.
 - (C) somente podem ser aplicadas após o seu retorno.
 - (D) ficarão suspensas por tempo indeterminado.
 - (E) serão aplicadas pelo superior imediato do servidor.
23. Nos termos da Lei Municipal nº 4.877/2013 (Lei da Criação do VALIPREV), independentemente de outros vínculos com o Município, considera-se segurado obrigatório do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Valinhos, dentre outros,
- (A) o Prefeito.
 - (B) qualquer Secretário Municipal.
 - (C) o servidor municipal inativo aposentado pelo VALIPREV.
 - (D) o Presidente da Câmara Municipal.
 - (E) o Vereador.
24. Segundo a Lei Municipal nº 4.877/2013 (Lei da Criação do VALIPREV), na hipótese de um servidor municipal vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Valinhos, que esteja afastado do serviço por motivo de doença por mais de 2 (dois) anos, esse servidor
- (A) será compulsoriamente aposentado por invalidez.
 - (B) terá direito a pedir a aposentadoria, sem necessidade de passar por perícia médica.
 - (C) perderá o direito a retornar ao serviço público no cargo de origem.
 - (D) será colocado em disponibilidade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço público.
 - (E) será submetido à perícia do VALIPREV, para eventual aposentadoria por invalidez permanente.
25. No tocante ao salário-maternidade, a Lei Municipal nº 4.877/2013 (Lei da Criação do VALIPREV) estabelece que
- (A) é devido à segurada, durante 120 (cento e vinte) dias, que devem ser contados da data do parto.
 - (B) deve ser requerido até 30 (trinta) dias antes da data do parto ou 5 (cinco) dias após se o parto for antecipado.
 - (C) a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a três meses, em caso de aborto não criminoso.
 - (D) em caso de parto antecipado ou de nascimento sem vida, a segurada terá direito aos 120 (cento e vinte) dias de licença.
 - (E) ele é devido à segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, pelo período máximo de 90 (noventa) dias.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Usando o Microsoft Windows 7, em sua configuração padrão, um usuário está editando uma frase no Wordpad e a formatou como negrito, sublinhado e itálico. Ao selecionar toda essa frase, pressionar as teclas CTRL+C, abrir o Bloco de Notas, em sua configuração original, e pressionar as teclas CTRL+V, assinale a alternativa que indica, corretamente, como estará formatada essa frase no Bloco de Notas.
- (A) Com todas as mesmas formatações: negrito, sublinhado e itálico.
 - (B) Com negrito, apenas.
 - (C) Com negrito e itálico, apenas.
 - (D) Com sublinhado, apenas.
 - (E) Sem nenhuma das formatações de negrito, sublinhado e itálico.

27. No Microsoft Word 2010, em sua configuração padrão, tem-se o ícone Recortar, do grupo Área de Transferência e guia Página Inicial, destacado na imagem a seguir.



Assinale a alternativa que apresenta a combinação de teclas com o mesmo efeito desse ícone.

- (A) CTRL+V
- (B) CTRL+C
- (C) CTRL+X
- (D) CTRL+A
- (E) CTRL+R

28. Tem-se a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 2010, em sua configuração padrão.

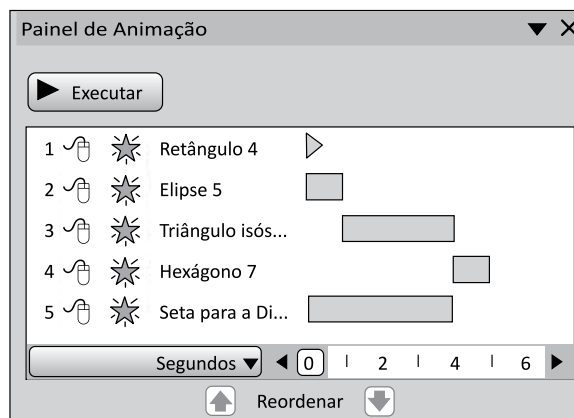
	A	B	C	D
1	Data	Ações		Saldo
2	13/10/2019	5		3
3	12/10/2019	27		16
4	10/10/2019	55		33
5	08/10/2019	6		4
6	07/10/2019	47		28
7	19/10/2019	59		35
8	28/10/2019	34		20
9	01/10/2019	54		32
10	23/10/2019	12		7
11				
12				
13				
14				

Planilha1 | Planilha2 | +

Com a célula A1 selecionada, assinale a alternativa que apresenta o resultado da ação ao pressionar as teclas CTRL+Page Down.

- (A) É ativada a Planilha2.
- (B) A célula ativa passa a ser a A10.
- (C) A célula ativa passa a ser a B1.
- (D) A célula ativa passa a ser a B10.
- (E) A célula ativa passa a ser a D10.

29. Tem-se o Painel de Animação de 5 AutoFormas em um slide criado no Microsoft PowerPoint 2010, em sua configuração original.



Assinale a alternativa que indica qual AutoForma tem a duração da animação mais longa, sem contar o tempo de demora.

- (A) 1-Retângulo 4
- (B) 2-Elipse 5
- (C) 3-Triângulo isósceles...
- (D) 4-Hexágono 7
- (E) 5-Seta para a Di...

30. Considerando o uso do aplicativo Microsoft Outlook 2010, em sua configuração padrão, um usuário deseja enviar uma mensagem de correio eletrônico para 30 destinatários, mas quer evitar que qualquer um desses destinatários possa clicar em Responder para todos e, com isso, enviar respostas dessa mensagem original para qualquer um dos 30 destinatários originais. Para isso, esse usuário inicial precisa colocar todos os 30 destinatários

- (A) no campo Cc, apenas.
- (B) no campo Cco, apenas.
- (C) no campo Para, apenas, e escrever no campo Assunto a palavra Oculto.
- (D) nos campos Para e Cco, ao mesmo tempo.
- (E) nos campos Cc e Cco, ao mesmo tempo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A questão social resulta das relações de exploração do trabalho pelo capital, o que provoca as respostas da classe dominante no contexto do capitalismo dos monopólios, pela via das políticas sociais. No entanto, não basta identificar essa relação antagônica entre capital e trabalho como traço essencial e como expressão única da questão social. Para explicar a questão social, faz-se necessário acrescentar a essas categorias do modo de produção, a singularidade dos componentes da sociedade, como mediações centrais das expressões da questão social. Sendo assim, a questão social assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas
- (A) do perfil dos investidores.
 - (B) de cada formação social.
 - (C) da mudança pretendida.
 - (D) da distribuição da riqueza.
 - (E) da organização do mercado.
32. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) considera que a vulnerabilidade social é o campo de atuação de suas ações e se expressa por diferentes situações que podem acometer os sujeitos em seus contextos de vida. Apesar de críticas de diferentes estudiosos sobre o tema em torno de sua indefinição conceitual, a adoção dessa categoria buscou definir o objeto próprio da assistência social. A PNAS não condiciona a vulnerabilidade estritamente à ausência ou precariedade de renda, atrelando-a também à desigualdade de acesso a bens e serviços públicos e às fragilidades
- (A) da estrutura social.
 - (B) da composição familiar.
 - (C) de natureza subjetiva.
 - (D) de vínculos relacionais.
 - (E) da demanda complexa.
33. A proteção social demanda o concurso das várias políticas sociais e a realização de pactos interinstitucionais, desde a esfera local até a nacional. Em se tratando dos direitos socioassistenciais, estes devem ser específicos, responder por algumas das desproteções no campo da assistência social e garantir acesso a algumas seguranças sociais. Portanto, é correto afirmar que a fundamentação dos direitos socioassistenciais são as seguranças sociais, tendo como fonte inspiradora de interpretações, do que devem ser, os direitos
- (A) individuais.
 - (B) difusos.
 - (C) humanos.
 - (D) econômicos.
 - (E) políticos.
34. Um dos dez direitos socioassistenciais é aquele que assegura ao usuário da assistência social o controle social e a defesa desses direitos. Trata-se da garantia, do cidadão e da cidadã, de ser informado(a) de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento, sobre os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a
- (A) seletividade.
 - (B) imparcialidade.
 - (C) reciprocidade.
 - (D) privacidade.
 - (E) prioridade.
35. Em sua trajetória histórica, a assistência social no Brasil sempre foi prevista como uma ação complementar às diferentes áreas de atuação estatal. Embora reconhecida sua feição transversal no interior das ações prestadas pelas demais políticas sociais, o campo assistencial sempre ocupou um lugar subalterno. Enquanto as demais políticas têm um corte setorial, a assistência social tem um corte horizontal; a concretização de benefícios e serviços atravessam as políticas públicas, chegando aos despossuídos ou excluídos pela via de
- (A) mecanismos assistenciais.
 - (B) critérios meritocráticos.
 - (C) objetivos institucionais.
 - (D) diretrizes políticas.
 - (E) estratégias homogêneas.
36. A proteção social não se limita a uma política social ou à política de assistência social, mas diz respeito a todo um sistema de seguridade social. Tal sistema responde pelas demandas de proteção social que, na sociedade brasileira, são agravadas pela desigualdade social, pelas dimensões de seu território, pelo contingente populacional e pelo surgimento de novas expressões da questão social. A proteção social contempla situações que se expressam mais severamente nas classes subalternizadas, potencializadas por velhice, acidente, doença, invalidez, desemprego, reclusão, além de desproteções por privações socioeconômicas, raça, gênero, etnia, cultura etc. Pela responsabilidade com a preservação da vida e a dignidade humana, tais desproteções demandam
- (A) a responsabilização da família.
 - (B) a intervenção do Estado.
 - (C) a solidariedade ampliada.
 - (D) o resgate da autoestima.
 - (E) o empenho do indivíduo.

37. Território e territorialização são conceitos fundantes no ordenamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Trata-se de entender o lugar de intervenção da política pública, não como um espaço de implantação de um trabalho social territorializado, mas tendo no território, prioritariamente, o ponto de partida para esse trabalho. Significa também a superação da visão de território apenas como cenário de acontecimentos ou dos agenciamentos nele presentes, identificando as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que o caracterizam. Trata-se de reconhecer o chão da intervenção da política pública em suas demandas e potencialidades, vinculado à condição de seus atores, como território
- (A) setorializado.
 - (B) focalizado.
 - (C) usado.
 - (D) específico.
 - (E) compartilhado.
38. Na esfera das políticas sociais e econômicas, nacionais e internacionais, a tendência atual é a de considerar a centralidade da família como objeto, sujeito e instrumento. São políticas que assumem coletivamente as necessidades familiares na direção da inclusão social e da oferta de uma rede intersetorial de serviços, desresponsabilizando o grupo familiar da provisão de seu bem-estar. O oposto dessa tendência, o familismo, reforça a família como a principal provedora de bem-estar de seus membros, é caracterizada pela escassez, pelo caráter seletivo e focalizado de serviços e benefícios e pela reafirmação na família de
- (A) seu poder emancipador.
 - (B) seus novos arranjos.
 - (C) seu viés transformador.
 - (D) sua independência relacional.
 - (E) seus papéis tradicionais.
39. Nas políticas públicas evidencia-se a multiplicidade de conceitos que definem as famílias, especialmente quanto às suas formas e funções. Uma vertente caracteriza a estrutura e as funções das famílias, a partir de elementos históricos da formação da sociedade brasileira, fundamentados na concepção patriarcal e seus impactos na vida social, na legislação e na configuração dos serviços públicos. Outra perspectiva é aquela que se preocupa com questões como sua constituição, provisão, desempenho dos papéis domésticos e sociais e questões geracionais. Nesse sentido, ganha importância os estudos que percebem a família como uma complexa rede de relações, fator este que define suas funções, associada à sua condição
- (A) socioeconômica.
 - (B) territorial.
 - (C) funcional.
 - (D) intersubjetiva.
 - (E) reflexiva.
40. As legislações sociais voltadas para a criança, o adolescente e o idoso instituem formalmente o direito à convivência familiar e comunitária quando afirmam a excepcionalidade de colocação em família substituta ou do atendimento asilar. De acordo com estudiosos do assunto, há nas entrelinhas dessas legislações uma tendência em responsabilizar a família por esses seus membros, independentemente de laços afetivos e de condições para cumprir esse papel. Para o enfrentamento dessas condições, tais teóricos defendem a criação de outras formas de suporte básico à família para
- (A) melhor responsabilizá-las.
 - (B) qualificar o acolhimento institucional.
 - (C) acompanhá-las cotidianamente.
 - (D) apoiá-las nesse cuidado.
 - (E) avaliar sua atuação.
41. Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais é um dos objetivos do Serviço Especializado em Abordagem Social. Destinado a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia ou sobrevivência, esse serviço, além de buscar a resolução de necessidades imediatas dessa população, deve identificar nos territórios, dentre outras, a incidência de trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de
- (A) averiguação especializada.
 - (B) boletins de ocorrências.
 - (C) critério legal.
 - (D) visitas institucionais.
 - (E) busca ativa.
42. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que trabalho infantil, além de ser ilegal, é uma grave violação dos direitos humanos, pois impede que crianças e adolescentes desenvolvam de maneira saudável todas as suas capacidades e habilidades, representando uma das principais antíteses do trabalho decente. A erradicação do trabalho infantil no Brasil é o objetivo central de programa voltado para esse segmento, que integra a Política de Assistência Social. Compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho, sendo de abrangência nacional e de caráter
- (A) específico.
 - (B) seletivo.
 - (C) local.
 - (D) intersetorial.
 - (E) focalizado.

43. Em se tratando de exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes ocorreu, na última década no Brasil, uma intensa mobilização social em torno dessas violações. Fizeram parte da agenda nacional: levantamentos das rotas de tráfico e das incidências de situações que impõem maiores riscos, busca de conhecimento teórico-metodológico, exigências de serviços públicos, campanhas de prevenção e participação popular. Todo esse movimento evidencia a tese de que a violência é uma questão de saúde pública e de políticas sociais, associada à discussão sobre a vítima, sua proteção e
- (A) interesse.
 - (B) desenvolvimento.
 - (C) cuidado.
 - (D) expectativas.
 - (E) adaptação.
44. A produção recente do Serviço Social brasileiro aponta para uma importante contribuição aos estudos no campo das relações de gênero. Tal produção toma por base as diversas abordagens sobre o tema, dentre as quais, mesmo que de forma periférica, aquela que coloca a raça e a sexualidade no centro da problematização das relações de gênero, a interseccional. Nessa perspectiva, a tendência à incorporação da questão étnico-racial às relações de gênero aparece como forma de estratificação social, associada às relações de
- (A) emancipação feminina.
 - (B) valorização humana.
 - (C) ênfase na autonomia.
 - (D) exploração de classe.
 - (E) segregação espacial.
45. O Programa Bolsa Família possui três eixos principais: complemento da renda, acesso a direitos e articulação com outras ações. A gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. A adesão ao Programa se realiza a partir de critérios de inserção e as condicionalidades de permanência são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a direitos sociais básicos. O desligamento do Programa pode ser voluntário, por falta de atualização cadastral, por melhoria da renda ou por descumprimento das condicionalidades nas áreas de
- (A) capacitação e ocupação.
 - (B) participação e cuidados.
 - (C) educação e saúde.
 - (D) avaliação e planejamento.
 - (E) formação e habilitação.
46. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. O Benefício de Prestação Continuada, a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Programa Minha Casa Minha Vida estão entre aqueles que as instâncias governamentais utilizam o Cadastro Único para identificar potenciais beneficiários. O CadÚnico é uma ação federal, com gestão compartilhada e descentralizada entre as instâncias governamentais. O repasse de recursos federais aos estados e municípios para apoio das atividades do Programa tem por base o
- (A) Índice de Gestão Descentralizada.
 - (B) Número de Famílias Cadastradas.
 - (C) alcance dos objetivos propostos.
 - (D) Indicador de Necessidade Local.
 - (E) cumprimento de 70% de metas.
47. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa. Fortalecendo essa ação conjunta, a Lei nº 8.662/93 estabelece como uma das atribuições do CFESS, na qualidade de órgão normativo de grau superior, orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social. Conforme artigo 8º VIII da referida lei, constitui também atribuição do CFESS prestar assessoria técnico-consultiva, em matéria de Serviço Social,
- (A) aos conselhos de controle social.
 - (B) aos organismos públicos ou privados.
 - (C) aos profissionais com registro prévio no Conselho.
 - (D) aos órgãos de judiciário, quando consultado.
 - (E) às entidades privadas idôneas.
48. A Resolução CFESS nº 615 assegura às pessoas travestis e transexuais o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido na Cédula e na Carteira de Identidade Profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e dos CRESS. No momento da sua inscrição no Conselho Regional, o profissional solicitará por escrito e indicará o prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social. Ainda de acordo com o artigo 3º da referida Resolução, nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social, nessas situações, juntamente com o número do registro profissional, fica
- (A) como livre decisão do profissional.
 - (B) obrigado o uso do prenome do Registro Geral.
 - (C) proibida a declaração do nome.
 - (D) a critério da instituição empregadora.
 - (E) permitida a utilização do nome social.

49. O trabalho do assistente social, enquanto práxis social, efetua-se por meio de duas categorias indissociáveis: teleologia e causalidade. A ação do profissional requer a leitura da realidade de forma concreta e rica de determinações acerca da situação em pauta. Após a definição de um objetivo e as formas de materializá-lo, segue-se a intervenção na realidade, por meio de orientações sociais, planejamentos, relatórios, encaminhamentos, reuniões etc. Diante da complexidade do exercício profissional do assistente social, o dever-ser do seu trabalho não se desenvolve sem recorrência a fundamentos teórico-metodológicos. A subjetividade do profissional precisa estar apta a ler a realidade em sua concretude e a estabelecer estratégias de intervenção a partir das possibilidades
- (A) diversas.
(B) viáveis.
(C) históricas.
(D) genéricas.
(E) substantivas.
50. De acordo com a Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS), alterada pela Lei nº 12.435/2011, as proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social. O artigo 6º-C (§ 2º) da LOAS, define o Creas como a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias, que demandam intervenções especializadas de proteção social especial e que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou
- (A) contingência.
(B) omissão.
(C) negação.
(D) anuência.
(E) descuido.
51. A gestão da Política Nacional de Assistência Social se realiza na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que, por sua vez, materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social. Os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e a defesa social e institucional. De acordo com a PNAS, dentre as seguranças afiançadas pela proteção social estão a de sobrevivência e autonomia, a de convívio ou vivência familiar e a segurança de
- (A) pertencimento.
(B) acolhida.
(C) liberdade.
(D) solidariedade.
(E) harmonia.
52. Conforme as deliberações contidas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a elaboração e implementação de planos de monitoramento e avaliação e a criação de um sistema de informação deve possibilitar a mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social; a transparência; o acompanhamento; a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação da política pelas três esferas de governo. A PNAS prevê ainda a utilização do sistema de informação, em orçamento, também para as três esferas de governo. De acordo com a PNAS a Informação, o Monitoramento e a Avaliação é um(uma) de seus(suas)
- (A) metas agregadas.
(B) objetivos gerais.
(C) princípios específicos.
(D) eixos estruturantes.
(E) projetos fundantes.
53. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) prevê a gestão compartilhada dos serviços. Nessa perspectiva, alguns serviços da Assistência Social não podem ser estruturados apenas na escala dos municípios, ou porque não possuem em seu território condições de oferecer os de alta e média complexidade, ou porque existem municípios que apresentam serviços de referência como pólos regionais que garantem o atendimento da sua população e de municípios vizinhos. Frente a essa realidade, a cooperação é essencial, surgindo no SUAS como uma opção para a otimização de recursos humanos e financeiros e com o objetivo de atender às demandas regionais a modalidade de
- (A) consórcio público.
(B) ação coletiva.
(C) parcerias interdisciplinares.
(D) redes de atenção.
(E) alianças específicas.
54. Conforme estabelece a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar os respectivos Planos de Assistência Social. Também deverá ser elaborado o diagnóstico socioterritorial, que tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades. Ainda de acordo com a NOB/SUAS (art. 20) o diagnóstico socioterritorial compõe os Planos de Assistência Social e deverá ser elaborado
- (A) anualmente.
(B) a cada dois anos.
(C) a cada quadriênio.
(D) em intervalos quinquenais.
(E) decenalmente.

- 55.** De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências promove apoio e proteção à população atingida por essas situações, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Trata-se de serviço organizado para o atendimento de famílias e indivíduos atingidos por incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras situações e para aqueles removidos de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação
- (A) do Poder Judiciário.
 - (B) do agente ambiental.
 - (C) do Conselho de Assistência Social.
 - (D) de autoridade policial.
 - (E) do legislativo local.
- 56.** O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é realizado em grupos, de acordo com o ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários, é um dos objetivos desse Serviço. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os equipamentos recomendados para a realização do SCFV são os Centros da criança, adolescente, juventude e idosos e de
- (A) Prestação de Serviços Socioassistenciais.
 - (B) Ações Socioeducativas.
 - (C) Referência de Assistência Social.
 - (D) Assistência e Lazer Integrados.
 - (E) Apoio Comunitário e Social.
- 57.** O direito ao transporte é uma das garantias fundamentais do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). Assim sendo, aos maiores de sessenta e cinco anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade. Conforme artigo 39 (§ 3º) do Estatuto, o exercício da gratuidade nos meios de transporte das pessoas na faixa etária entre sessenta e sessenta e cinco anos
- (A) alcançará todo o país.
 - (B) ficará a critério da legislação local.
 - (C) se definirá conforme demanda.
 - (D) será financiado pela esfera pública.
 - (E) terá caráter seletivo.
- 58.** Para os efeitos da Lei nº 10.741/2003, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico. Determina o artigo 97 do Estatuto do Idoso a aplicação de pena de detenção àquele que deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública. O parágrafo único do referido artigo define que a pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave e, se resulta a morte, é
- (A) duplicada.
 - (B) aumentada de 1/3.
 - (C) inafiançável
 - (D) triplicada.
 - (E) acrescida de multa.
- 59.** O relatório social é uma apresentação descritiva e interpretativa de uma situação, enquanto objeto de intervenção do assistente social. Dependendo de sua finalidade, sua apresentação será com maior ou menor nível de detalhamento, podendo conter partes da questão em estudo, na medida em que compõe o conjunto de registros sequenciais, decorrentes de várias intervenções profissionais. Como qualquer outra documentação em Serviço Social, a escolha do que é pertinente ou não de se registrar em um relatório social é definida por princípios
- (A) institucionais.
 - (B) subjetivos.
 - (C) morais.
 - (D) normativos.
 - (E) éticos.
- 60.** Constitui direito do assistente social manter o sigilo profissional, que protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. A proteção inclui qualquer informação oral, escrita, expressa por qualquer meio e também aquilo que possa ser deduzido ou interpretado pelo profissional em relação ao usuário. Ainda em relação ao sigilo, de acordo com o artigo 16 (parágrafo único) do Código de Ética do Assistente Social, em trabalho multidisciplinar poderão ser prestadas informações
- (A) exclusivamente entre assistentes sociais.
 - (B) dentro dos limites do estritamente necessário.
 - (C) para subsidiar as intervenções das demais áreas.
 - (D) comprometedoras da qualidade do trabalho social.
 - (E) mediante autorização do usuário.

